Um mapeamento das possibilidades de pesquisa em música sob a perspectiva das Ciências Sociais

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; SANDRONI, Carlos.
Música e Ciências Sociais: para além do descompasso entre arte e ciência. Curitiba: Prismas, 2016, 334p.

Carla Delgado de Souza¹

Resenhar um livro não é tarefa simples – é preciso lê-lo com cuidado, e tratá-lo como objeto analítico. Essa tarefa fica mais complicada quando se trata de um livro cujo conteúdo pretende ser um panorama das produções de cientistas sociais sobre música na atualidade, tendo como colaboradores autores de diferentes tradições disciplinares dentro deste conjunto que se chama “Ciências Sociais”. Muitas vezes, livros com muitos colaboradores perdem organicidade ou o argumento que eles pretendem defender não fica claro.

Estes problemas, contudo, ficam mais leves quando se trata de uma produção bem organizada, que conta com contribuições igualmente atraentes e que procuram conversar entre si. Felizmente, este é o caso da coletânea *Música e Ciências Sociais: para além do descompasso entre arte e ciência*, organizada pelos Profs. Drs. Dmitri Cerboncini Fernandes e Carlos Sandroni e publicada em 2016 pela editora Prismas. Isso ocorre porque o livro, que conta com 13 textos (incluindo a introdução e a apresentação), foi gestado no *I Simpósio Internacional de Música e Ciências Sociais: teoria, método e fronteiras*, que teve lugar

¹ Docente e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Brasil. Contato: delgadodesouza@gmail.com.

na Universidade Federal de Juiz de Fora em novembro de 2013. Desde então, as comunicações orais dos pesquisadores amadureceram e tornaram-se capítulos do livro, que se divide, segundo argumenta Dmitri Fernandes, em duas partes: a primeira, na qual se deslinda a primazia por questões metodológicas, e a segunda, em que os artigos examinam com mais acuidade determinados gêneros musicais.

Compondo a primeira parte, temos cinco contribuições de peso. Frederico Barros, em seu artigo “Sociologia da música: entre o rigor historicista e a crítica de arte”, afirma que os trabalhos sociológicos sobre música deveriam atentar para questões de cunho estético, uma vez que o autor faz uma clara defesa dos trabalhos acadêmicos que buscam analisar o máximo de dimensões possíveis ao versar sobre música, incluindo aspectos tidos como classicamente pertencentes ao domínio analítico da Musicologia. Concordando com o autor, acrescento que trabalhos que se encontram em regiões de fronteira do conhecimento têm a árdua tarefa de dominar aspectos analíticos múltiplos. Quando se pesquisa sobre uma forma expressiva é fundamental ter em mente a necessidade de colocar nossos ouvidos e olhos em direção ao “objeto” de pesquisa, compreendendo-o também a partir das sensibilidades que ele suscita.

O texto de Marc Adam Hertzman, aliás, é um exemplo de como as Ciências Sociais precisam estar conectadas com os modos de ver, ouvir e fazer de nossos “nativos”. Com um tema pouco explorado, o autor debruçou sua análise acerca de um membro da tradição sócio-antropológica uspiana que escreveu, em 1967, um livro “fora de moda” sobre trabalhadores negros das rádios paulistanas: João Baptista Borges Pereira. De acordo com Hertzman, nos anos 1960 e 1970 as Ciências Sociais se consolidavam como áreas científicas no Brasil, em meio a uma disputa de domínios com os folcloristas e outros “estudiosos do social”. Era preciso marcar distinções de método e também estabelecer, mesmo que duramente, quais eram os objetos dignos de estudo da Sociologia e da Antropologia. Nesse sentido, o livro *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo*,

de Pereira, foi uma exceção e o autor nos mostra o porquê disso, cotejando essa produção com as teses de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes, assim como com a recepção do livro por Roger Bastide.

O artigo de Anaïs Fléchet, “Música e relações internacionais: o conselho internacional da música, a UNESCO e a guerra fria”, também lança luz sobre um tema pouco abordado: a relação da música com as relações internacionais e a expectativa, compartilhada por muitos, de que a música possa proporcionar a paz. Várias são as experiências com grupos musicais na busca por esse ideal na atualidade. Contudo, o interesse da autora é iluminar as ações e as possibilidades do Conselho Internacional de Música (CIM) durante o contexto da Guerra Fria. Isso foi possível graças a uma pesquisa nos arquivos do CIM e no arquivo histórico da UNESCO, que permitiu que a autora fizesse uma historiografia das relações culturais internacionais no período de 1945 a 1975.

Se podemos afirmar que as inovações metodológicas dos artigos de Fléchet e de Hertzman se devem aos seus objetos de pesquisa pouco tradicionais, que demandaram uma abordagem criativa e inovadora dos pesquisadores, o mesmo não acontece com o tema escolhido por Dmitri Cerboncini Fernandes, que trabalha com sonoridades largamente estudadas no cenário brasileiro: a música popular urbana e, especialmente, o samba e o choro. Não é à toa que o autor começa seu texto argumentando que há, na atualidade, uma consolidação de um campo de estudos, dentro das Ciências Sociais, destinado ao estudo de musicalidades distintas. Nesse sentido, seu texto lida com uma ampla bibliografia acadêmica sobre o samba e o choro entre os anos 1930 e 1970, de forma a evidenciar métodos e formas de abordagem usados pelos autores que ajudaram a construir essa área de investigação.

Finalizando a primeira parte do livro, há o artigo de Charles Kischbaum, que propõe o uso de metodologias quantitativas de pesquisa para estudos sociológicos de música, usando, para isso, o tema de sua pesquisa relacionado a redes e estilos no

jazz. O argumento de Kischbaum vai ao encontro da defesa de que uma abertura a estudos quantitativos em Sociologia da Música pode ajudar no estabelecimento de padrões e tendências que podem guiar novas análises de cunho qualitativo.

Na segunda parte, somam à discussão seis contribuições que estão mais interessadas em apresentar análises de contextos específicos de pesquisa. Assim, o texto de Felipe Trotta tem como mote as trilhas sonoras de duas novelas que foram transmitidas em 2012 pela Rede Globo e que têm algo novo e comum entre si: a tentativa de representar modos de vida periféricos, em uma imbricação entre música, enredo narrativo e imagens. Na análise refinada do autor, as aberturas das novelas receberam destaque, uma vez que elas seriam os meios pelos quais os espectadores transitam de suas vidas comuns para a esfera lúdica do entretenimento. Além disso, o autor faz uma discussão sobre a trilha sonora das novelas, a caracterização e as falas de alguns personagens (assim como dos papéis que eles desempenham na trama), fazendo correlações com o imaginário vigente da periferia.

Gustavo Alonso escolheu como tema de sua investigação o “sertanejo universitário”, gênero musical que tem feito bastante sucesso. O grande mérito do texto é mostrar como se relacionam público e artistas a partir do advento da internet de banda larga, que desde 2005 está presente no Brasil. Também neste ano, segundo o autor, houve o surgimento de canais como *Youtube* – que permitem a divulgação de vídeos caseiros contendo gravações de músicas – e redes sociais como *Orkut* e *Facebook*, que ajudam na divulgação do material compartilhado. Com essas ferramentas, os “novos sertanejos”, geralmente oriundos da classe média urbana, fizeram sucesso mesmo antes de serem “descobertos” pelas tradicionais gravadoras. Por esse motivo, Alonso acredita ser necessário relativizar a tese acerca da indústria cultural proferida por Adorno, uma vez que ela não seria mais responsável pela criação de personas artísticas e nem pelo sucesso dos músicos.

A relação entre público e artistas também é o ponto central do artigo “Estruturas sociais do amor e do sexo e as emoções

erótico-dançantes no pagode baiano”, de Fernando de Jesus Rodrigues. Apesar de lidar com outro gênero musical, muitas questões colocadas por Alonso também são abordadas por Rodrigues: 1) Os músicos, sejam eles sertanejos ou pagodeiros, tendem a ganhar a vida, na atualidade, com a realização de shows, nos quais o contato com o público é direto; 2) Esse contato, que sempre foi importante, intensificou-se de tal forma que o público demanda participar do espetáculo e não mais contemplá-lo. No caso estudado por Rodrigues, as danças eróticas são momentos especiais para esse tipo de aproximação, na qual há até mesmo encenações de atos sexuais entre artistas e mulheres do público.

Preocupado em investigar hibridismos culturais, Arthur Coelho Bezerra realizou uma análise na qual a antropofagia teve lugar assegurado, a partir de três momentos: o Modernismo musical (cujo maior profeta foi, sem dúvida, Mário de Andrade), a Tropicália e o Manguebeat. De fato, nesses três movimentos artísticos a leitura do que é nacional é colocada em xeque, assim como a relação que esse nacional estabelece com o estrangeiro – que é de alguma forma incorporado no fazer musical. Se podemos dizer que as práticas antropofágicas desses três movimentos já haviam sido exploradas por outros pesquisadores, é fato que a breve associação que Bezerra faz da antropofagia como uma forma de bricolagem, nos termos lévi-straussianos, é uma inovação e uma surpresa, ainda mais em um artigo que começa falando de aculturação, termo que a Antropologia já abandonou há algum tempo.

O baião, gênero musical também já estudado antes por etnomusicólogos e sociólogos da música, recebe um tratamento inovador e cuidadoso no artigo “Arte, técnica, mercado e memória: o gênero musical baião”, de Elder Maia. Segundo o autor, o baião foi concebido em terras cariocas, no período de 1930 a 1950, por três nordestinos: Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira e Zé Dantas. Sem deixar de enfatizar a criatividade dos artistas, Maia evidencia como houve um processo de criação de um imaginário sobre o Nordeste a partir das canções do

trio, que acabam atuando como “agentes tradicionalizadores”. O autor explora esse processo, no qual se estabelecem relações complexas entre arte, técnica, memória e mercado para a elaboração de uma música tida como “tradicionalmente nordestina” no Rio de Janeiro.

O último texto da coletânea é assinado pela antropóloga Marina Bay Frydberg, que realizou um estudo sobre a Escola Portátil de Música (EPM), instituição entendida como referência para o aprendizado de choro em todo o país. Segundo Frydberg, o projeto da EPM surgiu em 2000 e foi idealizado por Hermínio Belo de Carvalho, para proporcionar aos jovens desejosos de aprender a tocar choro um espaço de socialização e aprendizado desse gênero musical. O projeto deu tão certo que angariou muitos estudantes, crescendo muito nos últimos anos. A análise de como o aprendizado do choro se institucionalizou por meio da EPM é o foco do texto.

Com essa gama de discussões e abordagens, o livro *Música e Ciências Sociais*: para além do descompasso entre arte e ciência se constitui como uma leitura surpreendente, de tal forma que temos que concordar com os organizadores do livro quando eles dizem que na atualidade o campo de possibilidades de estudos sobre música a partir da perspectiva das Ciências Sociais é extremamente vasto, tanto no que diz respeito às abordagens metodológicas quanto aos próprios universos de pesquisa.